

Alerta Legislação nº 28, de 11 a 16 jul. 2022

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 123, DE 14.7.2022

Altera o art. 225 da Constituição Federal para estabelecer diferencial de competitividade para os biocombustíveis; inclui o art. 120 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reconhecer o estado de emergência decorrente da elevação extraordinária e imprevisível dos preços do petróleo, combustíveis e seus derivados e dos impactos sociais dela decorrentes...

LEI Nº 14.407, DE 12 DE JULHO DE 2022

Altera a [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#) (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer o compromisso da educação básica com a formação do leitor e o estímulo à leitura.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.

LEGISLAÇÃO SUPERIOR

**15/07/2022
(Ed. extra)**

DECRETO Nº 11.134, DE 15 DE JULHO DE 2022

Declara luto oficial pelo falecimento de Dom Luiz Gastão Maria José Pio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Orleans e Bragança, Chefe da Casa Imperial do Brasil.

15/07/2022

DECRETO Nº 11.133, DE 14 DE JULHO DE 2022

Altera o [Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012](#), para dispor sobre a competência de classificação de informação no âmbito do Banco Central do Brasil, e qualifica o Banco Central do Brasil para fins do disposto no [Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012](#).

DECRETO Nº 11.132, DE 14 DE JULHO DE 2022

Altera o [Decreto nº 10.681, de 20 de abril de 2021](#)(*), e o [Decreto nº 10.819, de 27 de setembro de 2021](#)(**).

(*) Regulamenta a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, que institui o

	<p><i>Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal.</i> (**) <i>Regulamenta o disposto na Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021, e no art. 2º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.</i></p>
13/07/2022	<p><u>DECRETO Nº 11.131, DE 12 DE JULHO DE 2022</u> Altera o Decreto nº 11.103, de 24 de junho de 2022, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.</p>
12/07/2022	<p><u>DECRETO Nº 11.130, DE 11 DE JULHO DE 2022</u> Altera o Decreto nº 6.268, de 22 de novembro de 2007, que regulamenta a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico.</p> <p><u>DECRETO Nº 11.129, DE 11 DE JULHO DE 2022</u> Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.</p>
11/07/2022	<p><u>DECRETO Nº 11.127, DE 8 DE JULHO DE 2022</u> Altera o Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020(*), que regulamenta o § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967(**), e o art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991(***). (*) <i>Regulamenta o § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e o art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, que tratam do benefício fiscal concedido às empresas que produzem bens e serviços do setor de tecnologia da informação e de comunicação na Zona Franca de Manaus e que investem em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação na Amazônia Ocidental ou no Estado do Amapá.</i> (**) <i>Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus.</i> (***) <i>Dá nova redação ao § 1º do art. 3º aos arts. 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, ao caput do art. 37 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976 e ao art. 10 da Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e dá outras providências.</i></p> <p><u>DECRETO Nº 11.126, DE 8 DE JULHO DE 2022</u> Altera o Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Saúde e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.</p>
Atos do Congresso Nacional (CN)	<p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 55, DE 2022</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.118, de 17 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União no dia 18, do mesmo mês e ano, que "Altera</p>

	<p>a Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022, que define os combustíveis sobre os quais incidirá uma única vez o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, ainda que as operações se iniciem no exterior", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.</p> <p>Congresso Nacional, em 8 de julho de 2022 Senador RODRIGO PACHECO Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 54, DE 2022</u></p> <p>O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.117, de 16 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União no dia 17, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018, que institui a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.</p> <p>Congresso Nacional, em 8 de julho de 2022 Senador RODRIGO PACHECO Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p>
<p>Atos do Poder Legislativo</p>	<p><u>EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 125, DE 14.7.2022</u></p> <p>Altera o art. 105 da Constituição Federal para instituir no recurso especial o requisito da relevância das questões de direito federal infraconstitucional.</p> <p><u>EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 124, DE 14.7.2022</u></p> <p>Institui o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira.</p> <p><u>EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 123, DE 14.7.2022</u></p> <p>Altera o art. 225 da Constituição Federal para estabelecer diferencial de competitividade para os biocombustíveis; inclui o art. 120 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reconhecer o estado de emergência decorrente da elevação extraordinária e imprevisível dos preços do petróleo, combustíveis e seus derivados e dos impactos sociais dela decorrentes; autoriza a União a entregar auxílio financeiro aos Estados e ao Distrito Federal que outorgarem créditos tributários do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) aos produtores e distribuidores de etanol hidratado; expande o auxílio Gás dos Brasileiros, de que trata a Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021; institui auxílio para caminhoneiros autônomos; expande o Programa Auxílio Brasil, de que trata a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021; e institui auxílio para antes da Federação financiarem a gratuidade do transporte público.</p> <p><u>LEI Nº 14.413, DE 15 DE JULHO DE 2022</u></p> <p>Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 1.200.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p>

LEI Nº 14.412, DE 15 DE JULHO 2022

Altera a [Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022](#), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022.

LEI Nº 14.411, DE 15 DE JULHO DE 2022

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Previdência, crédito especial no valor de R\$ 312.721.134,00, para o fim que especifica.

LEI Nº 14.410, DE 15 DE JULHO DE 2022

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Poderes Legislativo e Judiciário, da Defensoria Pública da União e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 202.540.096,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

LEI Nº 14.409, DE 15 DE JULHO DE 2022

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 23.912.137.414,00, para o fim que especifica.

LEI Nº 14.327, DE 13 DE ABRIL DE 2022

Dispõe sobre requisitos mínimos de segurança para a fabricação, a construção, a instalação e o funcionamento de piscinas ou similares e sobre a responsabilidade em caso de seu descumprimento.
[Mensagem de veto](#)

LEI Nº 14.408, DE 12 DE JULHO DE 2022

Altera a [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#) (Código Brasileiro de Telecomunicações), para dispor sobre a transferência, a comercialização e a cessão do tempo de programação para a produção independente.

LEI Nº 14.407, DE 12 DE JULHO DE 2022

Altera a [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#) (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer o compromisso da educação básica com a formação do leitor e o estímulo à leitura.

LEI Nº 14.406, DE 12 DE JULHO DE 2022

Altera a [Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012](#), que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, e o [Decreto-Lei nº 917, de 8 de outubro de 1969](#), que dispõe sobre o emprego da aviação agrícola no País, para incluir o uso da aviação agrícola nas diretrizes e políticas governamentais de combate a incêndios florestais.

LEI Nº 14.405, DE 12 DE JULHO DE 2022

Altera a [Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002](#) (Código Civil), para tornar exigível, em condomínios edilícios, a aprovação de 2/3 (dois terços) dos votos dos condôminos para a mudança da destinação do edifício ou da unidade imobiliária.

**Atos do Senado
Federal (SF)**

RESOLUÇÃO Nº 15, DE 2022

Estabelece, nos termos do art. 155, § 6º, incisos I e II, da Constituição Federal, alíquota mínima de 0% (zero por cento) para o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para veículos de 2 (duas) rodas de até 170 (cento e setenta) cilindradas.

<p>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</p>	<p>MARGINÁLIA FEDERAL</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento Regional</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 26, DE 14 DE JULHO DE 2022</u> Altera a Instrução Normativa n. 41, de 15 de outubro de 2021, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que regulamenta o Programa Especial de Crédito Habitacional ao Cotista do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - Pró-Cotista e a Instrução Normativa n. 42, de 15 de outubro de 2021, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que regulamenta os Programas Carta de Crédito Individual, Carta de Crédito Associativo e Apoio à Produção de Habitações, integrantes da área de aplicação Habitação Popular, no âmbito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).</p>
<p>Ministério da Economia</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA ME Nº 6.064, DE 7 DE JULHO DE 2022</u> Abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor da empresa Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, crédito suplementar no valor de R\$ 345.768.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p> <p>SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <u>PORTARIA RFB Nº 199, DE 13 DE JULHO DE 2022</u> Altera a Portaria RFB nº 1.750, de 12 de novembro de 2018, que dispõe sobre representação fiscal para fins penais referente a crimes contra a ordem tributária, contra a Previdência Social, e de contrabando ou descaminho, sobre representação para fins penais referente a crimes contra a Administração Pública Federal, em detrimento da Fazenda Nacional ou contra administração pública estrangeira, de falsidade de títulos, papéis e documentos públicos e de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, e sobre representação referente a atos de improbidade administrativa.</p> <p>SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO <u>PORTARIA SETO/ME Nº 6.179, DE 11 DE JULHO DE 2022</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 2.198.960.532,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p> <p><u>PORTARIA SETO/ME Nº 6.106, DE 7 DE JULHO DE 2022</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Educação; da Justiça e Segurança Pública; da Saúde; da Infraestrutura; da Defesa; do Desenvolvimento Regional; e da Cidadania, crédito suplementar no valor de R\$ 147.782.389,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p> <p>→ Secretaria do Tesouro Nacional <u>PORTARIA Nº 1.487, DE 12 DE JULHO DE 2022</u> Regulamenta as análises da situação fiscal, o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal, o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal, o Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, o Plano de</p>

	<p>Recuperação Fiscal, as limitações de despesas, o limite a contratar de operações de crédito, os procedimentos quanto ao adimplemento referentes aos financiamentos e aos refinanciamentos concedidos pela União, e os procedimentos a serem adotados na análise da capacidade de pagamento e na apuração da suficiência das contragarantias oferecidas.</p>
<p>Ministério do Meio Ambiente</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MMA Nº 169, DE 13 DE JULHO DE 2022</u> Institui o Projeto Salas +Verdes e estabelece suas diretrizes.</p> <p>COMISSÃO EXECUTIVA PARA CONTROLE DO DESMATAMENTO ILEGAL E RECUPERAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA <u>RESOLUÇÃO Nº 13, DE 13 DE JULHO DE 2022</u> Aprova a revisão do Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020-2023 e a revisão do Plano Operativo 2020-2023.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 12, DE 13 DE JULHO DE 2022</u> Aprova o Balanço de Atividades 2021 do Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020-2023.</p> <p>INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA <u>PORTARIA Nº 48, DE 8 DE JULHO DE 2022</u> Aprova o Plano de Priorização do Passivo Processual de autos de Infração do Ibama.</p> <p>INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE <u>PORTARIA ICMBIO Nº 561, DE 4 DE JULHO DE 2022</u> Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Pequenos Mamíferos de Áreas Florestais - PAN Pequenos Mamíferos - Áreas Florestais, contemplando 14 táxons nacionalmente ameaçados de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, prazo de execução, formas de implementação, supervisão e revisão. Processo SEI nº 02068.000063/2019-25.</p> <p><u>PORTARIA ICMBIO Nº 560, DE 5 DE JULHO DE 2022</u> Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Pequenos Mamíferos de Áreas Abertas - PAN Pequenos Mamíferos - Áreas Abertas, contemplando 17 táxons nacionalmente ameaçados de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos e prazo de execução, formas de implementação, supervisão e revisão. Processo SEI nº 02068.000056/2019-23.</p> <p><u>PORTARIA ICMBIO Nº 553, DE 4 DE JULHO DE 2022</u> Aprova o 2º ciclo do Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Peixes Rivulídeos Ameaçados de Extinção - PAN Rivulídeos, contemplando 130 táxons nacionalmente ameaçados de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, prazo de execução, formas de implementação, supervisão e revisão. Processo SEI nº 02031.000032/2019-91</p>

<p>Ministério de Minas e Energia</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.025, DE 5 DE JULHO DE 2022</u> Altera o art. 668 da Resolução Normativa nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021, que, estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP <u>RESOLUÇÃO ANP Nº 880, DE 7 DE JULHO DE 2022</u> Dispõe sobre a entrega, a avaliação, o conteúdo e a forma dos dados técnicos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.</p>
<p>Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos</p>	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 1.584, DE 13 DE JULHO DE 2022</u> Institui a regulamentação da adesão dos entes federativos ao Pacto Nacional de Prevenção e Enfrentamento da Violência Letal contra Crianças e Adolescentes, nos termos do artigo 125-H, § 2º, do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018.</p>
<p>Ministério da Saúde</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MS Nº 2.905, DE 13 DE JULHO DE 2022</u> Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre as diretrizes e os aspectos operacionais aplicáveis aos consórcios públicos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS) <u>RESOLUÇÃO RN Nº 541, DE 11 DE JULHO DE 2022</u> Altera a Resolução Normativa - RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para alterar os procedimentos referentes aos atendimentos com psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas e revogar suas diretrizes de utilização.</p> <p>↳ Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 734, DE 11 DE JULHO DE 2022</u> Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.</p> <p><u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 733, DE 7 DE JULHO DE 2022</u> Dispõe sobre a atualização da lista de Denominações Comuns Brasileiras (DCB).</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 735, DE 13 DE JULHO DE 2022</u> Dispõe sobre o controle da substância lenalidomida e de medicamento que a contenha, e dá outras providências.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 163, DE 13 DE JULHO DE 2022</u> Define, de forma complementar à Resolução de Diretoria Colegiada -</p>

	<p>RDC nº 732, de 7 de julho de 2022, os critérios de controle especial para a realização de estudos e pesquisas, incluindo testes laboratoriais e ensaios com lenalidomida e demais substâncias constantes da lista C3 do Anexo I da Portaria SVS/MS nº 344/1998, bem como os medicamentos que as contenham, exceto talidomida.</p> <p>SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE <u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 57, DE 12 DE JULHO DE 2022</u> Decisão de ampliar o uso, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, da anfotericina B lipossomal para pessoas diagnosticadas com mucormicose na forma rino-órbito-cerebral.</p>
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
14/07/2022	<p><u>DECRETO Nº 66.970, DE 13 DE JULHO DE 2022</u> Ratifica convênios celebrados nos termos da Lei Complementar federal nº 24, de 7 de janeiro de 1975 (...) Artigo 1º - Ficam ratificados os Convênios ICMS 87/22, 94/22, 97/22, 98/22 e 99/22, celebrados em Brasília, DF, em 1º de julho de 2022, e publicados na página 189 da Seção I do Diário Oficial da União de 5 de julho de 2022. (...)</p>
13/07/2022	<p><u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 755, DE 2020</u> São Paulo, 12 de julho de 2022 A-nº 019/2022 (...) A proposta, de iniciativa parlamentar, dispõe sobre a prioridade de famílias habilitadas à adoção receberem a guarda de crianças ou adolescentes que tenham reduzidas chances de retornarem ao seio de suas famílias biológicas, conferindo-lhes, ainda, prioridade na respectiva adoção quando ocorrer a definitiva destituição do poder familiar (artigo 1º). (...)</p>
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Desenvolvimento Social (SEDS)	<p>CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CONSEAS) <u>DELIBERAÇÃO CONSEAS Nº 037, DE 30 DE JUNHO DE 2022</u> Dispõe sobre a aprovação da atualização do valor do benefício financeiro do programa Renda Cidadã.</p>

<p>Educação (SEDUC)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC 62, DE 14-7-2022</u> Dispõe sobre as funções de Professor Especialista em Currículo, de Coordenador de Equipe Curricular e dá providências correlatas.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SEDUC 61, DE 13-07-2022</u> Dispõe sobre a funções de Coordenador de Gestão Pedagógica para acompanhamento de um agrupamento e dá providências correlatas.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SEDUC 60, DE 13-07-2022</u> Dispõe sobre as funções de Professor Especialista em Currículo, de Coordenador de Equipe Curricular e dá providências correlatas.</p>
<p>Publicação DOE Legislativo</p>	<p>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>
<p>14/07/2022</p>	<p>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA <u>COMUNICADO GP Nº 35/2022</u> O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, tendo em vista o estabelecido pelo Ato GP nº 14/2022, publicado no DOE de 13/07/2022, comunica aos jurisdicionados, advogados, representantes legais e demais interessados a relação de telefones de contato dos setores da Corte. DOE, Legislativo, 14/07/2022, p. 4</p>
<p>13/07/2022</p>	<p>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA ATO GP Nº 14/2022 Suspende o expediente presencial nos prédios do Tribunal de Contas do Estado localizados na Capital e dá outras providências. DOE, Legislativo, 13/07/2022, p. 3</p>
<p>Publicação DO - Cidade</p>	<p>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</p>
<p>11/07/2022 a 16/07/2022</p>	<p><i>Não houve</i></p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>